

Título: Matriz elétrica limpa é ativo estratégico, diz especialista

Veículo: Além da Energia

Data: 31/ago/2026

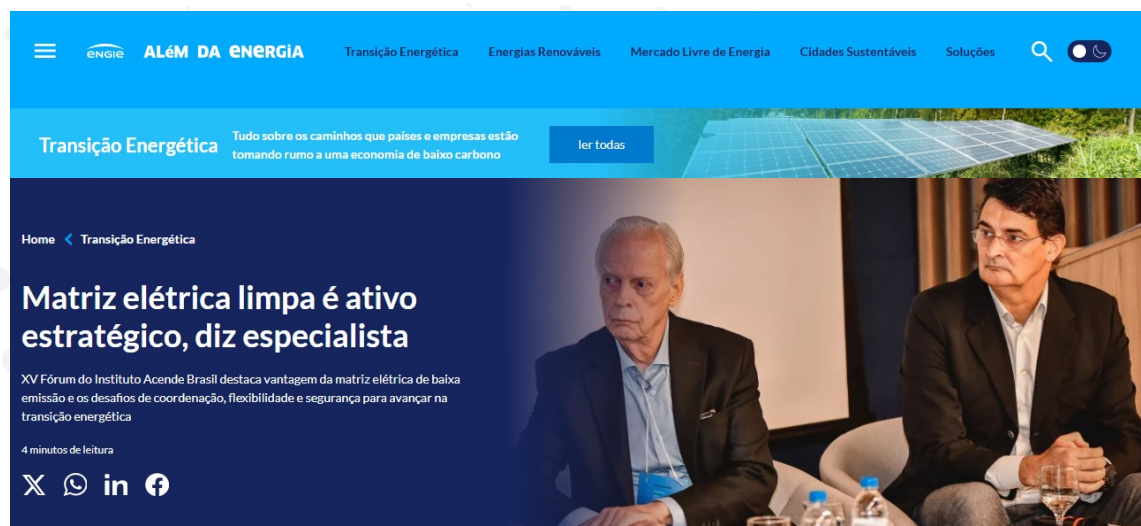


Foto: Divulgação

Por Nelson Valêncio em 31/08/2026 Atualizado: 31/08/2026 às 16:24

Resume AI Com pouco tempo? Experimente o resumo automático. ▾

O Brasil inicia a corrida global pela descarbonização a partir de uma posição privilegiada, mas esse ponto de partida não garante, por si só, a liderança na transição energética. Esse foi o alerta de Alexandre Uhlig, diretor de Sustentabilidade do Instituto Acende Brasil, na abertura do XV Fórum da instituição, realizado em agosto, em São Paulo.

Para Uhlig, a verdadeira liderança do país nessa nova economia global de baixo carbono vai resultar da construção política, institucional e econômica que exige transformar metas em ações pragmáticas e coordenadas.

Os dados apresentados por Uhlig evidenciam a robustez da matriz elétrica brasileira. Em 2025, cerca de 87% da eletricidade do país foi gerada por fontes de baixa emissão, enquanto o setor elétrico respondeu por apenas 2% das emissões brutas nacionais. Essa realidade, segundo Uhlig, é sustentada por quatro pilares competitivos: baixa pegada de carbono; diversidade de fontes complementares, como hidrelétrica, eólica, solar e biomassa; escala suficiente para sustentar uma eletrificação ampla; e décadas de experiência regulatória e operacional em um sistema de proporções continentais.

Contudo, a eletricidade representa hoje apenas 20% do consumo final de energia no Brasil. Esse contraste revela um potencial de crescimento por meio da substituição de combustíveis fósseis por energia limpa em outros setores econômicos.

Descarbonização integrada

“A matriz elétrica não deve ser vista meramente como uma infraestrutura de abastecimento doméstico, mas sim como um ativo geopolítico e econômico estratégico, capaz de atrair investimentos industriais globais que valorizam a redução da pegada de carbono”, destaca **Uhlig**.



Foto: mentalmind/ Shutterstock

De acordo com o diretor **do Instituto Acende Brasil**, a maior contribuição climática do setor elétrico pode estar fora de suas próprias fronteiras. Ao ofertar energia abundante, limpa e a custos competitivos, o setor se posiciona como uma plataforma de descarbonização da economia nacional. Ele viabiliza a redução direta de emissões em processos industriais térmicos pesados, estimula a eletrificação dos transportes públicos e privados, aumenta a eficiência nos edifícios e abre caminho para novas fronteiras tecnológicas, como o hidrogênio de baixa emissão, combustíveis sintéticos e data centers sustentáveis.

Entretanto, esse potencial demanda que a expansão da capacidade geradora seja encarada como infraestrutura de descarbonização integrada, e não como a simples adição de novas usinas de energia. “Não basta apenas instalar mais geração”, alertou Uhlig, enfatizando que a falta de coordenação pode converter a abundância de recursos em uma vulnerabilidade sistêmica.

Armadilha da descoordenação

A fragilidade de uma transição descompassada se manifesta nos gargalos logísticos e regulatórios. Uhlig enfatizou que expandir a geração de energia renovável solar e eólica sem a ampliação equivalente das linhas de transmissão, dos recursos de flexibilidade e das capacidades de armazenamento pode gerar um colapso operacional. Para ele, se cada parte do setor avançar de forma isolada, surgirão restrições de fluxo, desperdício de energia limpa e custos adicionais que podem pressionar as tarifas pagas pelo consumidor final.

Além disso, o atual modelo regulatório necessita de sinais econômicos adequados que remunerem de forma justa os atributos que dão segurança ao sistema — como potência e flexibilidade — e não apenas a energia bruta gerada. A continuidade dos investimentos privados depende da estabilidade das regras de mercado e de processos de licenciamento ambiental previsíveis, céleres e tecnicamente proporcionais aos impactos.

Resiliência diante de eventos climáticos extremos



Foto: Kuki Ladron de Guevara/ Shutterstock

Outro ponto destacado no diagnóstico do Instituto Acende Brasil é o papel das mudanças climáticas sobre a infraestrutura energética. O setor elétrico, historicamente habituado a gerir variações hidrológicas, enfrenta agora o desafio de eventos climáticos extremos, como secas severas e ondas de calor. Esses fenômenos impactam simultaneamente a capacidade de geração de energia, a integridade física das redes de transmissão e a demanda por energia.

A discussão climática para Uhlig não pode mais se limitar à mitigação de emissões: ela deve incorporar a adaptação e a resiliência. Essa preparação precisa estar presente desde a fase de planejamento de novos projetos até a cadeia diária de suprimentos, para reduzir riscos à segurança do abastecimento e evitar custos adicionais ao sistema. Conforme explicou o diretor, o custo de não agir é extremamente alto, resultando em encargos maiores, encarecimento do capital e perda de competitividade econômica global.

As cinco prioridades para 2030

Para desenhar o caminho até o fim desta década, Uhlig sintetizou a agenda setorial em cinco prioridades:

1. **Planejamento integrado**, conectando energia, clima, indústria e território;
2. **Expansão coordenada** de geração, transmissão e recursos de flexibilidade;
3. **Sinais econômicos robustos** que reconheçam atributos como potência, confiabilidade e localização;
4. **Licenciamento previsível**, pautado em qualidade técnica, prazos razoáveis e proporcionalidade;
5. **Incorporação da resiliência climática** ao planejamento e à operação do sistema.

“O desafio crucial para 2030 é garantir que a eletricidade gerada no Brasil seja não apenas limpa, mas também abundante, confiável e competitiva”, afirmou Uhlig. “Somente assim o potencial verde do país poderá se traduzir em prosperidade e verdadeira liderança climática global”, resumiu.

<https://www.alemdaenergia.engie.com.br/matriz-eletrica-limpa-ativo-estrategico-brasil/>